

Audição Pública sobre o Programa Nacional de Investimentos 2030

Na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, começo por um breve enquadramento sobre esta nova realidade político-administrativa, despontado após o ato eleitoral autárquico acontecido em 2013, que corresponde às Unidades Territoriais Estatísticas de Nível III (NUT III), e é composta pelos Municípios de uma tríade geográfica de geometria variável, dos *arrumados* na Beira Interior Norte (Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso), na Cova da Beira (Belmonte, Covilhã e Fundão), e na Serra da Estrela (Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas e Seia), e adotou a designação abreviada de CIMBSE;

Corresponde a um território com uma área aproximada de 6.305 Km², a 22% do território da Região Centro, e tem uma população de 236.023 pessoas, acantonados não só no distrito da Guarda, e nem todos (Aguiar da Beira e Foz-Côa), mas também no de Castelo Branco (Belmonte, Covilhã e Fundão).

É um território de baixa densidade, reflexo de um conjunto de fatores correlacionados com a regressão demográfica, associado ao abandono dos espaços rurais, aos fluxos migratórios e ao envelhecimento da população e ao seu empobrecimento, em contínuo.

A CIMBSE tem como Visão, ser um parceiro regional, capaz de implementar práticas de gestão que permitam identificar e satisfazer as necessidades dos municípios associados e desenvolver estratégias que conduzam a uma maior coesão intermunicipal, com resultados na melhoria de qualidade de vida e no desenvolvimento sustentado da região.

A aposta que tem sido feita, em estratégia bottom - up, entenda-se dos municípios para a CIM, é o de se caminhar para o incremento, neste território das Beiras e Serra da Estrela, de novas atividades económicas, de a fixar como um destino turístico de qualidade, e como tal, uma referência nacional na valorização de recursos endógenos e de uma origem de marcas diferenciadas,

Estamos em crer que o seu património histórico, cultural e natural, bem como a cooperação transfronteiriça, continuarão a ser centrais para a diferenciação e para o crescimento sustentável da Região.

A CIMBSE tem como Missão: potenciar e promover o desenvolvimento da região, de otimizar e defender os interesses comuns dos municípios associados e reforçar a identidade conjunta da região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias e estimulando o desenvolvimento integrado e coletivo, valorizando parcerias, criando sinergias e maximizando resultados.

Nestas circunstâncias, e sem prejuízo das atribuições transferidas pela Administração Central e pelos municípios que a integram, a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela tem por fim a prossecução de fins públicos:

- a). Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento (económico, social e ambiental do território abrangido);
- b). Articulação dos investimentos municipais, de interesse intermunicipal;
- c). Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Portugal 2020, ou outros;
- d). Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Cabe à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela assegurar a articulação das atuações entre os municípios que a integram e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:

- a). Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b). Rede de equipamentos de saúde;
- c). Rede educativa e de formação profissional;
- d). Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e). Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.
- f). Mobilidade e transportes;

- g). Redes de equipamentos públicos;
- h). Promoção do desenvolvimento social, cultural e económico, nas suas vertentes comerciais, industrial, agrícola, florestal e silvícola;
- i). Segurança e proteção civil;

Por tudo isto, os tempos de mudança em que vivemos impõem ação e alteração dos nossos comportamentos.

Afirmo isto para vos trazer agora para uma temática muito atual que se prende com a coesão territorial. Temos assistido, quase de uma forma passiva mas deveras verbalizada, a uma litoralização progressiva do país, acentuando-se de forma crescente e continuada a tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior, as quais representam cerca de 2/3 do território nacional.

Torna-se por isso fundamental que a governança da CIM desenvolva uma liderança proactiva que consiga envolver todos os atores com interesse na região, de modo a que, em conjunto, possam alimentar uma estratégia comum com vista ao seu desenvolvimento, nomeadamente, o ensino superior, representantes do setor empresarial, representantes de organizações não-governamentais, entre outros.

Só assim será possível mobilizar o potencial endógeno do território e promover o seu desenvolvimento.

Esta questão é, diria, fundamental para o desenvolvimento da competitividade, especialmente em contextos económicos imprevisíveis, que implicam muitas vezes mudanças bruscas e que requerem o esforço de múltiplos atores.

É também muito importante que sejam desenvolvidos mecanismos que promovam a participação cívica, ainda pouco consciente desta nova realidade, talvez porque a governança da Comunidade Intermunicipal não resulta de um poder representativo direto do eleitorado integrante do seu território.

As Comunidades Intermunicipais não podem ser apenas um meio para a descentralização administrativa, antes devem servir também para corrigir as assimetrias regionais.

Com uma nova visão que existe e que temos sobre o território, os autarcas pensam-no, hoje, diria felizmente, de uma forma integrada.

Deixámos de olhar para os nossos concelhos não como sendo o umbigo de cada um e alinhámos toda a estratégia de crescimento tendo por base esta visão supramunicipal.

Julgo que todos os autarcas desta CIMBSE, onde me incluo, interiorizaram reconhecidamente esse espírito, como muito bem encarna o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, onde cada investimento ou projeto é encarado como uma mais-valia para o território pensado no seu conjunto.

A perda de coesão territorial e social nestes territórios tem vindo a agravar-se, e convocamos para a procura urgente de soluções que contrariem uma trajetória insustentável. Este foi o desígnio estabelecido no Programa Nacional para a Coesão Territorial.

Um dos vetores estratégicos deste programa emerge da condição geográfica dos territórios do interior, em especial daqueles que se situam junto à fronteira com Espanha, como são alguns dos nossos concelhos, do distrito da Guarda/Castelo Branco. Uma relação histórica e sociocultural secular, mas que não tem revelado a interação cooperativa que os tempos justificam e exigem.

As dinâmicas de desenvolvimento contam, cada vez mais, com as tecnologias, apoiam-se em redes e na sua articulação funcional, valorizam a convergência de meios e a otimização de recursos, pelo que ter em conta a oportunidade da relação transfronteiriça é uma condição inequívoca para o êxito e sustentabilidade das políticas públicas nos contextos de interior.

A aposta na centralidade ibérica destes territórios passa também pela identificação de projetos específicos, capazes de alavancar um novo paradigma na relação transfronteiriça.

Incentivar as dinâmicas de especialização inteligente de âmbito local e sub-regional, dado que elas estão na base dos ecossistemas de inovação indispensáveis para promover a valorização integrada dos recursos endógenos, de criação de cadeias de valor, e garantir a colaboração ativa dos agentes que podem promover a economia destes territórios, mormente apoiadas no conhecimento e na inovação produzida pelas instituições de ensino superior, com destaque para o arco universitário e politécnico do interior, mas e

também as do outro lado da fronteira, na massa crítica que agregam e que disponibilizam para alimentar estratégias inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento local e regional.

O desafio é o de promovermos uma nova abordagem de base local, mais colaborativa e mais próxima, assente nas cumplicidades e complementaridades entre os atores do território, que promova uma participação ativa e um envolvimento empenhado de autarquias locais, das comunidades intermunicipais, das associações, de instituições, de empresas e pessoas na construção de um interior mais coeso, mais competitivo e mais sustentável.

É muito nesta lógica que eu vejo a relação com a tutela na ajuda à concretização da estratégia de investimentos estruturantes, dado ser neste contexto, que o PNI 2030 servirá como a ferramenta de definição das prioridades de investimentos infraestruturais estratégicos de médio e longo prazo, nos setores da Mobilidade e Transportes, Ambiente e Energia.

O País e o Mundo mudaram muito!

Somos, presentemente, confrontados com novas realidades, novos problemas, que exigem respostas diferentes e intervenções mais incisivas e coerentes para as quais todos deveremos estar preparados.

O Governo da nação não pode ignorar esta situação.

Esta região não pode, nem deve, continuar a ser sistematicamente marginalizada.

Tal como no passado recente, acredito muito nas nossas e nas vossas capacidades.

Apesar das diferenças políticas e ideológicas dos autarcas da CIMBSE, estes sempre souberam colocar os interesses das suas populações em primeiro lugar. Somos, indiscutivelmente, um bom exemplo de sã convivência democrática e de comunhão de interesses.

Portanto, estou plenamente convencido que vamos continuar a assumir uma intervenção cada vez maior na perspetivação e definição de estratégias integradas de desenvolvimento nesta parcela do território, com a efetivação de uma série de projetos e iniciativas, cujas vantagens começam a ser visíveis.

Continuemos pois esse trabalho, com qualidade e consistência, sem arredar pé do principal objetivo: contribuir para uma região mais atrativa e competitiva, que favoreça o investimento e que crie novas e melhores condições assegurando uma melhor qualidade de vida e bem-estar às suas populações.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES CIMBSE

Do ponto de vista político:

- Garantir que a Pousada da Juventude da Guarda passa para a gestão do IPG. Guarda e Seia necessitam aumentar a oferta de alojamento estudantil.
- Abolição progressiva das Portagens na A25 e na A23;
- Reabertura de estações CTT, em 2020, após o término da concessão do serviço universal postal à empresa CTT;
- Criação de um Tribunal Administrativo e Fiscal no Distrito da Guarda;
- Avançar, em definitivo, com o Centro Nacional de Educação Rodoviária (IPG).

.....


Do ponto de vista operacional:

- Construção do Pavilhão N.º 5 e anúncio da conclusão das obras do Novo Hospital da Guarda;
- Realização de obras de Requalificação do Centro de Saúde de Seia;
- Construção de um novo cais fluvial em Barca D'Alva;
- Abertura de novo concurso para a construção do Interposto Ferroviário de Mercadorias da Guarda;
- Aposta, em definitivo, na requalificação e modernização da linha da Beira Alta;
- Reapreciação da obra da Linha do Douro, que constava no Plano de 2014-2020, mas deixou de constar no Portugal 20/30, admitindo-se a possibilidade de um projeto/candidatura transfronteiriço;
- Criação de uma plataforma logística, industrial e empresarial transfronteiriça de grande escala em Vilar Formoso (Concelho de Almeida);

- Execução da rede dos itinerários da Serra da Estrela (IC6, IC7 e IC37 - este com uma importância vital pela ligação à ferrovia);
- Construção do IC 31 – ligação da A23 a Espanha (reforço do argumento da CIMBB);
- Construção de uma ligação do Sabugal à A23;
- Construção da barragem da Ribeira das Cortes;
- Construção/Apoio candidatura do Teleférico da Torre/Serra da Estrela

Lisboa, em 23 de abril de 2019

O Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela



Carlos Filipe Câmelo Miranda de Figueiredo